

CONTRATO Nº _____/2026
Processo Administrativo nº 069/2026

**CONTRATO ADMINISTRATIVO
QUE ENTRE SI FAZEM A
CÂMARA MUNICIPAL DE
VITÓRIA DA CONQUISTA
E _____ EM VIRTUDE DA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Coronel Guge, nº 150, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.645.717/0001-03, neste ato representada por seu Presidente, o Vereador IVAN CORDEIRO DA SILVA FILHO, brasileiro, doravante designado simplesmente como CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, celebram entre si CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO a prestação de serviços à serviços da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, com quantitativos e especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas no termo de referência, edital completo e anexos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº ____/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Resolução CMVC 082/2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ____/2026, em sua forma eletrônica, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a Contratação de serviço de gerenciamento, implementação, administração e fornecimento de vale-alimentação, por meio de cartão bandeirado de ampla aceitação nacional (arranjo de pagamento aberto), eletrônico e/ou magnético, equipado com microprocessador e chip de segurança e com senha numérica eletrônica individual, com pagamento por aproximação, via aplicativo, devidamente comprovado, com disponibilização de aplicativo de gestão de créditos, disponível nos sistemas Android e IOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. Integram o objeto contratual, para todos os fins de direito:

- a) a emissão, substituição e cancelamento dos cartões de vale-alimentação;
- b) a manutenção de rede credenciada de estabelecimentos aptos a aceitar os cartões, observados os parâmetros mínimos fixados no Termo de Referência;
- c) a disponibilização de plataforma web para uso da CONTRATANTE, destinada à gestão dos beneficiários, recargas, bloqueios, relatórios e demais funcionalidades de controle;
- d) a disponibilização de aplicativo móvel aos servidores beneficiários, para consulta de saldo, extrato e rede credenciada;

e) o suporte técnico e operacional necessário ao regular funcionamento dos sistemas e à solução de incidentes, conforme níveis de serviço estabelecidos neste contrato.

1.3. O objeto deste contrato restringe-se ao vale-alimentação, nos termos da legislação municipal específica, não abrangendo o benefício de vale-refeição, o qual, se vier a ser instituído ou alterado, deverá ser objeto de nova análise e eventual contratação própria.

1.4. O instrumento do contrato epigrafado é composto por este preâmbulo, pelo corpo do contrato e pelos seguintes anexos, que vinculam esta contratação independentemente de transcrição:

- **ANEXO I** - Termo de Referência;
- **ANEXO II** - Proposta comercial da CONTRATADA;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

2.1. A CONTRATADA executará os serviços de forma contínua, observando os níveis mínimos de serviço (SLA) estabelecidos nesta cláusula e no Termo de Referência, cuja inobservância caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando-a às sanções previstas neste instrumento.

2.2. A disponibilidade dos sistemas de autorização de transações, consultas e gestão (plataforma web e aplicativo móvel) deverá ser, no mínimo, de 99% (noventa e nove por cento) em cada mês civil, desconsideradas as janelas de manutenção previamente comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

2.3. A emissão e entrega dos cartões de vale-alimentação aos servidores beneficiários, a partir do recebimento, pela CONTRATADA, dos dados validados encaminhados pela CONTRATANTE, deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, salvo motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

2.4. As substituições de cartões em razão de perda, roubo, furto, dano ou defeito, uma vez solicitadas pela CONTRATANTE, deverão ser efetivadas em até 10 (dez) dias corridos, assegurada a preservação do saldo existente, sem ônus adicional para a CONTRATANTE ou para o servidor beneficiário, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva do usuário, na forma definida no Termo de Referência.

2.5. As recargas mensais dos créditos de vale-alimentação deverão ser processadas em até 02 (dois) dias corridos contados do envio, pela CONTRATANTE, da folha de beneficiários e do comprovante de pagamento correspondente, de forma a garantir a plena utilização dos créditos dentro do mês de referência.

2.6. A CONTRATADA manterá central de atendimento para suporte aos servidores beneficiários e à CONTRATANTE, com canal telefônico e eletrônico (e-mail e/ou chat), de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no mínimo das 8h às 18h, registrando todos os atendimentos por meio de número de protocolo.

2.7. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, relatórios gerenciais contendo, no mínimo:

- I – relação de beneficiários ativos, incluídos e excluídos no período;
- II – valores recarregados por servidor e por competência;

III – extrato consolidado de utilização dos créditos por estabelecimento, sem identificação individualizada das compras do servidor, de forma a resguardar sua privacidade, observado o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

IV – ocorrências de indisponibilidade dos sistemas, com indicação de data, horário, duração e providências adotadas.

2.8. O descumprimento injustificado dos níveis mínimos de serviço estabelecidos nesta cláusula ensejará:

I – aplicação de multas proporcionais à gravidade da falha e à reincidência, na forma do capítulo próprio deste contrato;

II – possibilidade de glosa de valores relacionados ao período de indisponibilidade, quando comprovado prejuízo à CONTRATANTE ou aos beneficiários;

III – caracterização de inexecução parcial ou total do objeto, para fins de rescisão contratual, nas hipóteses de reiterado descumprimento.

2.9. Encerrada a vigência ou rescindido o contrato, os créditos remanescentes já depositados deverão manter validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias para utilização pelos beneficiários.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – O prazo de vigência da contratação é de _____ contados da _____, na forma do art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 - Quando indicado no campo específico do Termo de Referência, a vigência do presente contrato poderá ser prorrogada nos termos e limites legais, sujeita à avaliação de sua admissibilidade, disponibilidade orçamentário-financeira e conveniência administrativa quando da efetiva demanda pela prorrogação.

5.3 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOS ADITAMENTOS

4.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.3 - As supressões resultantes de acordo entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

4.4.1 - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previstos no próprio contrato;

4.4.2 - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

4.4.3 - alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;

4.4.4 - empenho de dotações orçamentárias.

CAPÍTULO II – DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

5.1. A presente contratação possui o valor total mensal estimado de R\$ _____ (_____), correspondendo a um valor global anual estimado de R\$ _____ (_____), conforme

detalhamento constante na proposta comercial da CONTRATADA (ANEXO II) e no ANEXO I deste contrato.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6 CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – 1900 CÂMARA MUNICIPAL

1900.1 CÂMARA MUNICIPAL

1900.1901.1.31.8.2.2001 Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 3.3.90.46.00.0000 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇOS E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

7.1 – A CMVC não efetuará pagamento por meio de documentos com data de vencimento pré-estabelecida.

7.2 O detalhamento dos **preços** deste contrato está no ANEXO II (Proposta Comercial).

7.3 Os pagamentos serão efetuados mediante a emissão de nota fiscal e apresentação dos documentos de regularidade fiscal da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização do recebimento definitivo.

7.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.4.1 Documentos de Regularidade Fiscal:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN de nº 1.751/2014;

b) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede da contratada;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.4. O pagamento será efetuado ao Contratado por meio de ordem bancária, em favor da CONTRATADA.

7.5. O CONTRATANTE se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário.

8 CLÁUSULA OITAVA - DATA-BASE E ÍNDICE PARA REAJUSTE DO CONTRATO

8.1 REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

8.1.1 O contrato será reajustado, na forma da lei, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano da data do orçamento estimado.

8.1.2 O índice de reajustamento de preço terá a data-base mencionada no item 3.1, e corresponderá à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, salvo disposição em sentido contrário no Termo de Referência, o qual poderá estipular índice(s) específico(s) ou setorial(ais), em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

8.1.3 Para fins de apuração do índice de reajuste, o mês da data-base será o marco inicial e entrará integralmente no cômputo, não se admitindo a utilização de *pro rata*.

8.1.4 A análise e instrução processual para concessão de reajuste somente serão iniciadas após a divulgação da variação do índice previsto no contrato.

8.2 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

8.3 Caso julgue necessário o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor pedido fundamentado com documentação que comprove os fatos alegados.

8.3.1 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação de vigência.

8.3.2 O prazo para que o gestor decida sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro é de 30 (trinta) dias corridos a contar da finalização da instrução do processo, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.3.3 Em caso de deferimento total ou parcial do pedido de reequilíbrio, o gestor deverá indicar a data a partir da qual correrão seus efeitos financeiros.

8.3.4 Da decisão do gestor caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III – DAS RESPONSABILIDADES E GESTÃO

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 As condições exigíveis para a execução do contrato e as obrigações da CMVC e da CONTRATADA em relação à presente contratação são aquelas previstas neste contrato e em seus ANEXOS, bem como no edital do Pregão nº ____/____.

9.2 São obrigações da CMVC:

9.2.1 autorizar formalmente à CONTRATADA o início da execução do contrato;

9.2.2 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.2.3 comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.2.5 efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

9.2.6 a CMVC não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 São obrigações da CONTRATADA:

- 9.3.1 assumir perante a CMVC a responsabilidade civil relativamente a qualquer dano que a execução do objeto por ela efetivada venha a causar ao patrimônio público, aos agentes públicos da CMVC ou a terceiros;
- 9.3.2 responsabilizar-se por todos os encargos (trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, fiscais, securitários, ou quaisquer outros, se for o caso) devidos para a execução deste contrato, devendo remeter à CMVC os respectivos comprovantes, sempre que exigidos;
- 9.3.3 em caso de a CMVC ser judicialmente condenada ao pagamento de quaisquer ônus referidos na cláusula 7.2.2, a CONTRATADA deverá ressarcir-la dos valores correspondentes, acrescidos de 20% (vinte por cento) a título de honorários;
- 9.3.4 não ceder o objeto do presente contrato;
- 9.3.5 cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 9.3.6 manter, ao longo da execução deste contrato, a qualidade do objeto, conforme previsto no Termo de Referência, obrigando-se a refazer o que for prestado em desacordo;
- 9.3.7 cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.3.8 executar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 9.3.9 o objeto, quando aplicável, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3.10 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3.11 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, se for o caso;
- 9.3.12 comunicar à CMVC, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega do objeto ou prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.4 É vedado à CONTRATADA:

- 9.4.1 caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 9.4.2 interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CMVC, salvo nos casos previstos em lei.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1 A CONTRATADA deverá comprovar durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência do Credenciamento e em seus anexos.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MEIOS DE CONTATO

- 11.1 A CONTRATADA receberá notificações, comunicações ou solicitações da CMVC por meio do correio eletrônico _____, o qual será considerado oficial para todos os fins contratuais, especialmente para notificação de descumprimento contratual, obrigando-se a atualizar essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.
- 11.2 Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao correio eletrônico acima indicado, ainda que não recebidas pela CONTRATADA, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à CMVC.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RISCOS, DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO E DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

- 12.1 As Partes reconhecem que os riscos inerentes à execução deste contrato encontram-se identificados e alocados na Matriz de Riscos constante do Anexo [●], que integra o presente instrumento para todos os fins de direito, em observância ao art. 22 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 Constituem, entre outros, riscos alocados à CONTRATADA:

- I – falhas ou indisponibilidades dos sistemas de autorização de transações, plataforma web e aplicativo móvel, por causas imputáveis à sua infraestrutura tecnológica ou à de seus subcontratados;
- II – insuficiência ou descredenciamento de estabelecimentos na rede credenciada em desacordo com os parâmetros mínimos fixados no Termo de Referência;
- III – fraudes decorrentes de vulnerabilidades nos sistemas da CONTRATADA ou de seus subcontratados;
- IV – atrasos injustificados na emissão, substituição e entrega de cartões ou no processamento de recargas, desde que a CONTRATANTE tenha cumprido suas obrigações de envio de dados e pagamentos.

12.3 Constituem, entre outros, riscos alocados à CONTRATANTE:

- I – atrasos no envio da folha de beneficiários e/ou dos arquivos de recarga;
- II – atrasos no pagamento das faturas devidas à CONTRATADA;
- III – alterações legais supervenientes que modifiquem, de forma substancial, a política de concessão do vale-alimentação, desde que não decorrentes de conduta da CONTRATADA.

12.4 A CONTRATADA deverá manter Plano de Contingência para situações de indisponibilidade dos sistemas críticos, prevendo, no mínimo:

- I – procedimentos para restabelecimento do serviço em prazos compatíveis com os níveis de serviço pactuados;
- II – canais alternativos de atendimento à CONTRATANTE e aos servidores beneficiários;
- III – mecanismos de comunicação tempestiva sobre o incidente e as providências em curso.

- 12.5 Sempre que houver ocorrência de risco alocado à CONTRATADA, que resulte em interrupção ou prejuízo relevante na execução do serviço, caberá a esta adotar, de forma imediata, as medidas corretivas necessárias, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis e da eventual apuração de responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou aos beneficiários.

- 12.6 A ocorrência de riscos alocados à CONTRATANTE não exime a CONTRATADA do dever de cooperar para mitigar seus efeitos e manter, na medida do possível, a

continuidade do serviço, podendo eventuais impactos econômicos-financeiros ser apreciados em pedido de reequilíbrio, na forma da legislação aplicável.

- 12.7 Em caso de extinção do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá assegurar a reversibilidade da solução, incluindo a transferência ordenada de informações necessárias à eventual contratação de novo fornecedor, sem retenção indevida de dados ou qualquer conduta que comprometa a continuidade da concessão do benefício aos servidores.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 13.1 Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo serão feitos, quando for o caso, na forma, nas condições e nos prazos definidos no ANEXO I deste contrato.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 14.1 A gestão do contrato é realizada pelo(s) servidor(es) indicado(s) no Termo de Referência.
- 14.2 O fiscal do contrato será designado por ato do Diretor ou equivalente da área.
- 14.2.1 O representante da CMVC anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 14.2.2 A forma de fiscalização do contrato encontra-se regulada no ANEXO I.
- 14.3 A fiscalização será exercida no interesse da CMVC, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade da CMVC ou de seus agentes e prepostos.
- 14.4 Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CMVC.
- 14.5 O modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento, será aquele estabelecido no ANEXO I.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 15.1 O prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas normas técnicas aplicáveis, bem como as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, são aqueles previstos no ANEXO I.

CAPÍTULO IV – DA PROTEÇÃO DE DADOS E SIGILO

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

- 16.1 No âmbito deste contrato, as partes reconhecem que a Câmara Municipal de Vitória da Conquista é a CONTROLADORA dos dados pessoais tratados, cabendo-lhe as decisões referentes às finalidades e meios de tratamento, enquanto a CONTRATADA atuará como OPERADORA, realizando o tratamento de dados pessoais em nome da CONTROLADORA, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

- 16.2 A CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais estritamente necessários à execução do objeto contratual, compreendendo, em especial, mas não se limitando a:
- I – dados de identificação dos servidores beneficiários do vale-alimentação, tais como nome completo, CPF, matrícula funcional, data de nascimento e unidade de lotação;
 - II – dados indispensáveis à emissão dos cartões e à operacionalização dos créditos, tais como número do cartão e registros de transações, sem detalhamento do conteúdo das compras efetuadas, de modo a preservar a privacidade do titular;
 - III – dados de contato estritamente necessários à comunicação com os beneficiários, quando aplicável.
- 16.3 Os dados pessoais tratados pela CONTRATADA terão como finalidade exclusiva a gestão, operacionalização e controle do benefício de vale-alimentação previsto na legislação municipal, sendo vedada a utilização desses dados para qualquer outra finalidade, em especial para fins comerciais, publicitários, de perfilamento ou de compartilhamento com terceiros alheios à execução deste contrato.
- 16.4 A CONTRATADA compromete-se a adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, observando, no mínimo:
- I – controles de acesso físico e lógico, com registros de autenticação e trilhas de auditoria em seus sistemas;
 - II – mecanismos de criptografia ou técnicas equivalentes de proteção, quando aplicável;
 - III – políticas internas de segurança da informação e de privacidade, compatíveis com a natureza e o volume dos dados tratados;
 - IV – treinamento e orientação de seus colaboradores e subcontratados quanto às obrigações de sigilo, segurança e proteção de dados pessoais.
- 16.5 Todos os colaboradores, prepostos e eventuais subcontratados da CONTRATADA que, por qualquer motivo, tiverem acesso a dados pessoais tratados em razão deste contrato ficam obrigados a observar sigilo absoluto e confidencialidade, respondendo civil, administrativa e penalmente por eventual uso ou divulgação indevidos.
- 16.6 A CONTRATADA poderá contratar suboperadores (subcontratados) para auxiliá-la no tratamento de dados pessoais, desde que:
- I – comunique previamente à CONTROLADORA a identidade e o papel do suboperador;
 - II – celebre instrumentos contratuais com tais suboperadores impondo obrigações de proteção de dados e segurança da informação em nível igual ou superior ao previsto neste contrato;
 - III – permaneça integralmente responsável, perante a CONTROLADORA, por qualquer ato ou omissão dos suboperadores relacionado ao tratamento de dados pessoais.
- 16.7 Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais (como destruição, perda, alteração, vazamento, acesso não autorizado ou qualquer forma de violação), a CONTRATADA deverá:
- I – comunicar a CONTROLADORA, preferencialmente por escrito (e-mail institucional), em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da ciência do incidente;

II – informar, no mínimo, a natureza dos dados afetados, a quantidade de titulares envolvidos, a descrição geral do incidente, as possíveis consequências, as medidas técnicas e organizacionais adotadas para mitigar os efeitos e as providências para evitar a repetição do evento;

III – cooperar integralmente com a CONTROLADORA na adoção das medidas cabíveis, inclusive na eventual comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares, quando aplicável.

16.8 O exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais (artigos 17 a 22 da LGPD) será centralizado pela CONTROLADORA, cabendo à CONTRATADA:

I – prestar, em prazo razoável fixado pela CONTROLADORA, todas as informações e registros necessários ao atendimento das solicitações dos titulares;

II – adotar, mediante instrução da CONTROLADORA, as medidas técnicas necessárias para cumprir pedidos de correção, anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais, quando cabíveis.

16.9 É vedada à CONTRATADA a transferência internacional de dados pessoais decorrentes deste contrato, salvo:

I – quando houver autorização expressa e prévia da CONTROLADORA, com indicação do(s) país(es) de destino e das garantias de proteção de dados adotadas; ou

II – nas hipóteses legais específicas de transferência previstas na LGPD, desde que previamente comunicadas e aprovadas pela CONTROLADORA.

16.10 Encerrada a vigência deste contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá, mediante orientação formal da CONTROLADORA:

I – proceder à eliminação dos dados pessoais tratados em razão deste contrato, assegurando a inutilização de quaisquer cópias físicas ou lógicas sob sua guarda; ou

II – proceder à anonimização dos dados pessoais, de forma a impedir sua associação, direta ou indireta, a pessoa natural identificada ou identificável;

ressalvadas apenas as hipóteses de conservação obrigatória de dados previstas em lei ou em regulamento, caso em que a CONTRATADA deverá informar à CONTROLADORA o fundamento legal e o prazo de conservação.

16.11 A CONTROLADORA poderá, a qualquer tempo, auditar ou solicitar evidências razoáveis das medidas de segurança e de proteção de dados adotadas pela CONTRATADA, devendo esta franquear acesso às informações pertinentes, resguardados segredos comerciais e industriais.

16.12 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações previstas nesta cláusula caracterizará inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas neste contrato (advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e, em casos graves, rescisão contratual), sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal cabível, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V – DAS SANÇÕES E EXTINÇÃO

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Pela inexecução total ou parcial deste contrato poderá a CMVC aplicar à CONTRATADA, além das demais cominações legais pertinentes, as seguintes sanções:

- a) **advertência;**
- b) **multa de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculada sobre o preço total contratado, por ocorrências;
- c) **multa de até 10%** (dez por cento) calculada sobre o preço total contratado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal;
- d) **multa de até 30%** (trinta por cento) calculada sobre o preço total do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual;
- e) **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública direta e indireta do Município de Vitória da Conquista pelo prazo de até 3 (três) anos;
- f) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2 Mediante justificativa e fundamentação expressa no ato decisório, a multa poderá ter seu valor reduzido para adequar-se à proporcionalidade da infração.

17.3 As sanções definidas na cláusula 10.1 poderão ser aplicadas pelos seguintes agentes públicos, autonomamente:

- a) pelo Presidente da CMVC, pelo Diretor, ou equivalente da área gestora do contrato, e pelo gestor;
- b) pelo Presidente da CMVC, pelo Diretor ou autoridade equivalente da área gestora da contratação;
- c) pelo Presidente da CMVC.

17.4 Os valores das multas aplicadas poderão ser deduzidos dos pagamentos devidos pela CMVC ou da garantia contratual, se houver.

17.4.1 Se os valores das multas aplicadas forem superiores ao montante dos pagamentos devidos pela CMVC ou da garantia contratual, após confirmada a aplicação da penalidade, a CONTRATADA deverá recolher a diferença no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

17.4.2 Transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem o recolhimento e, não havendo faturamento pendente ou futuro, conforme manifestação do gestor, os valores apurados serão enviados, em até 60 (sessenta) dias, para inscrição na dívida ativa do Município.

17.5 Em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas as penalidades definidas nas letras "a", "e" e "f" cumulativamente com a multa cabível.

17.6 As penalidades somente serão aplicadas após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, na forma e nos prazos previstos em lei.

17.7 Para os fins da cláusula 10.1, entende-se por "preço total do contrato" aquele assim indicado na proposta comercial da CONTRATADA.

17.8 A aplicação das sanções previstas nas letras "e" e "f" da cláusula 10.1, ainda que em conjunto com as sanções previstas nas letras "a", "b", "c" e "d", requererá a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por servidores estáveis.

- 17.9 O prazo para apresentação de defesa da CONTRATADA e indicação das provas a serem produzidas será de 15 (quinze) dias úteis, contados do dia útil seguinte à sua notificação.
- 17.10 É admitida a reabilitação da licitante ou CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 17.11 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CMVC caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia da proposta em favor da CMVC, salvo se se tratar de licitantes remanescentes convocadas na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 17.12 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 17.13 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CMVC.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CAUSAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 18.1 O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 18.2 O contrato também poderá ser extinto:
- a) pelo decurso de seu prazo de vigência;
 - b) pelo integral cumprimento do seu objeto, atestado pelo gestor;
 - c) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a CMVC;
 - d) por determinação judicial;
 - e) por ato unilateral da CMVC.
- 18.3 A rescisão unilateral do contrato poderá ocorrer cumulativamente com a aplicação de multa e de outras penalidades previstas em lei.
- 18.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 18.5 A extinção determinada por ato unilateral da CMVC e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CASOS OMISSOS

- 19.1 Os casos omissos serão decididos pela CMVC, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, nas demais normas federais de licitações e contratos administrativos, na Lei Federal nº 9.784/1999, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA - PUBLICAÇÃO

20.1 Incumbirá à CMVC providenciar a publicação deste instrumento, na forma e no prazo previstos no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

21.1 Fica eleito o foro da Comarca de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ACEITAÇÃO

22.1 E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

23 CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Processo Licitatório e em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

Vitória da Conquista - BA, em ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

Ivan Cordeiro da Silva Filho
Presidente da Câmara Municipal de
Vitória Da Conquista

CONTRATADA

Representante
Cargo
Razão Social
CNPJ sob o nº _____

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____